

**IMPACTO SOCIAL EM RESIDENTES DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS**

## SOCIAL IMPACT ON RESIDENTS IN SUBNORMAL AGGLOMERATES

*Leonardo Augusto Couto Finelli<sup>1</sup>**José Marcos Pereira dos Santos<sup>2</sup>**Ícaro Helton Sousa Pereira<sup>3</sup>***RESUMO**

Aglomerados subnormais contemplam um conjunto constituído por 51, ou mais, unidades habitacionais, caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação; irregularidade do tamanho e/ou forma dos lotes; carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). Tais regiões são popularmente conhecidas como favelas, grotas, baixadas, comunidades, vilas, mocambos, palafitas e invasões. Essas abrigam cerca de 11.425.644 pessoas, o que corresponde a 6% da população brasileira. Essas pessoas vivem em condições precárias que geram dificuldades complementares as cotidianas vivenciadas por outros indivíduos que habitam ambientes regulares. Tais são reconhecidas como impactos sociais. Nesse sentido esse trabalho teve por objetivo verificar o impacto social, percebido por moradores de aglomerados subnormais, pelo simples fato de habitarem ali. Teve como amostra 103 sujeitos moradores do bairro Vila Castelo Branco. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, elaborado pelos próprios pesquisadores. Como resultados verificou-se, entre outras evidências, que o morador de aglomerados traz um estigma de marginalização e preconceito, uma vez que o restante da população tende a generalizar esses moradores como marginais e isso pôde ser comprovado em campo.

**Palavras-Chave:** Aglomerados subnormais. Segregação. Impacto social. Infraestrutura. Subjetividade.

**ABSTRACT**

Subnormal agglomerations comprise a set consisting of 51, or more, housing units, characterized by the absence of propriety title and at least one of the following characteristics: irregularity of the roadways; Irregularity of the size and/or shape of the lots; lack of essential public services (such as garbage collection, sewage system, water network, electricity and public lighting). Such regions are popularly known as favelas, grotas, lowlands, communities, villages, mocambos, stilts and invasions. They shelter about 11,425,644 people, which corresponds to 6% of the Brazilian population. These people live in precarious conditions that generate difficulties complementary to the daily experiences experienced by other individuals who live in regular environments. These are recognized as social impacts. In this way, this work aimed to verify the social impact, perceived by residents of subnormal agglomerations, simply because they lived there. There were 103 subjects living in Vila Castelo Branco. For the data collection, a structured questionnaire was used, prepared by the researchers themselves. As results it was verified, among other evidences, that the inhabitant of agglomerates brings a stigma of marginalization and prejudice, since the rest of the population tends to generalize these residents as marginal and this could be proven in the field.

**Keywords:** Subnormal agglomerations. Segregation. Social impact. Infrastructure. Subjectivity.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Educação (UEP), Mestre em Psicologia (USF), Graduado em Psicologia (UFMG), Graduado em Pedagogia (FETAC), Professor adjunto das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE, E-mail: <finellipsi@gmail.com>

<sup>2</sup> Graduado em psicologia (FUNORTE)

<sup>3</sup> Estudante de Psicologia (FUNORTE)

## INTRODUÇÃO

Em 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou resultados acerca de estudos realizados no que chamou de *aglomerados subnormais*. Tal terminologia abarca um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais, caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação; irregularidade do tamanho e/ou forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). Tais regiões são popularmente conhecidas como favelas, grotas, baixadas, comunidades, vilas, mocambos, palafitas e invasões. Tais áreas abrigam cerca de 11.425.644 pessoas, o que corresponde a 6% da população brasileira (IBGE, 2011).

Historicamente, começou a se falar em “favelas” no Brasil a partir dos cortiços instalados na cidade do Rio de Janeiro, ainda no século XIX. Tanto nessa cidade, como na Europa daquele século, os cortiços seriam os primórdios da desorganização social que evoluiriam para as chamadas favelas. Isso porque reuniam uma série de características, tais como, recintos com pouca ou nenhuma ventilação, precariedade quanto à higiene, extensão e divisão dos cômodos de forma desordenada. Além disso, os espaços eram publicamente conhecidos como antro de vadiagem e promiscuidade. Razões pelas quais foram condenados devido a altas taxas de epidemias diversas que os mesmos hospedavam (VALLADARES, 2000).

Formalmente, o nascimento das favelas no Brasil, é apresentado no ano de 1902, especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Isso se deu em função dos laudos de médicos higienistas, que apresentaram propostas de mudanças públicas. Estes levaram o então prefeito da época a propor a extinção dos cortiços, mediante a demolição dos já existentes, assim como, proibindo novas construções do tipo de serem instaladas nos mesmos ou outros espaços urbanos. No entanto, os antigos residentes agora sem moradia, acabaram por migrar para os arredores da cidade com seus terrenos baldios e mata virgem. Passaram assim a iniciar novas formas de ocupação do espaço urbano. Esse é o caso das favelas dos morros cariocas, que se transformaram em legítimos campos de refugiados, que de modo algum possuíam subsídios que os capacitassem ao enquadramento do novo sistema sócio-político proposto (VALLADARES, 2000).

É comum nas favelas a movimentação operária e de materiais de construção sobre as calçadas, afirmando tal percepção de que “uma casa na favela nunca está pronta”. O desejo e dedicação em promover o acabamento e outras melhorias demonstram a real expectativa de algum dia pertencer de fato às movimentações cotidianas da cidade e não serem vistos apenas como um estorvo ou emergência social (CAVALCANTI, 2009).

Vale ressaltar que uma habitação, mesmo após todo o desenvolvimento tecnológico que a humanidade alcançou, continua com a mesma função de abrigo, mas não somente contra as intempéries climáticas como outrora. Não obstante, hodiernamente, atua como um transmissor de significados, aspirações de diferenciação e territorialidade; ou como algo que o indivíduo busca como principal necessidade (ABIKO, 1995). A residência ocupa para o indivíduo que a habita, significado tão importante quanto a alimentação ou vestimentas, algo que está ligado, subjetivamente, ao sucesso econômico e posição social mais elevada (SANTOS, 1999).

Considerando a história de desenvolvimento brasileiro, o avanço no maquinário industrial trouxe consigo oportunidades de emprego. Ainda assim, nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil, cientistas políticos discutiam o crescimento da indústria e sua mão de obra operária como nítido, e mais elaborado, sistema de segregação. Esta, parte do pressuposto que a longa jornada de trabalho, bem como a produção em massa, sem que de modo algum houvesse garantia ao operário ter acesso ao produto final. Não obstante, tal oferta de emprego resultou consequentemente num rápido processo migratório. No entanto, nem todos se adaptaram ao cotidiano de uma cidade em desenvolvimento, o que acarretou mendicância, delinquência e expansão das favelas (SAWAIA, 2001).

As narrativas sócio-históricas desvelam quão insegura e vulnerável permanece a população de aglomerados subnormais, no que concerne à formação educacional (de nível fundamental, médio e superior), e melhor posicionamento frente ao panorama econômico. Amostra disso é o chamado processo de desindustrialização. Movimento em que significativas áreas anteriormente ocupadas por complexos industriais, transformam-se em galpões vazios (devido a questões contratuais e/ou financeiras). Estas indústrias se alojam outras cidades ou estados, porém, somente o topo da pirâmide administrativa seguia com o projeto. Isso fazia com que centenas de trabalhadores ficassem desempregados nas localidades abandonadas, o que consequentemente influenciou diretamente para a expansão dos aglomerados (que passam a ocupar os espaços vagos dessas antigas indústrias) (IGLECIAS, 2002).

No Brasil, a complexa estrutura social contempla o que de modo superficial, é nomeado exclusão. Essa traz consigo um emaranhado de significações subjetivas. Tais promovem conteúdo capaz de englobar determinadas localidades num cotidiano repleto de privações coletivas e estigmas. Não se trata apenas da ausência de recursos, mas concerne a não equidade, não acessibilidade, não representação política. Nesse sentido, a exclusão promove vários elementos de discriminação que ganham contornos éticos, econômicos e culturais (SPOSATTI, 1996).

A população que reside em aglomerados subnormais é vista e considerada à margem da sociedade. A partir do pressuposto de que a exclusão social se dá de modo integral, não se resumindo apenas a residir na periferia. Tal exclusão, inclui também a categorização, segundo, nível

econômico, cor da pele, escolaridade, entre outros. Ela ainda enquadra os excluídos num rígido parâmetro, onde não há perspectiva de mudança ou crescimento. Reconhece-se ainda a ausência de oportunidades, marginalização e estereotipação dos menos favorecidos, como peças fundamentais à continuidade dos mecanismos capitalistas e meios de regulação e controle social (SAWAIA, 2001).

Vale ressaltar que o excluído ocupa uma posição estática, na qual está destinado a permanecer independente das mudanças e avanços psicossociais ao seu redor. Tal indivíduo é assistido como sendo um *estrangeiro*, ou seja, não pertencente ao panorama, que traz consigo características não nascidas ou desenvolvidas no grupo. Tal indivíduo não supera, ou contempla, por completo a liberdade de ir e vir (muitas vezes restringindo seu convívio social a limitação da comunidade/aglomerado em que reside). Atua na economia, por exemplo, com sua mão de obra e dinheiro, no entanto, não possui lugar definido quanto a seus direitos civis. Sempre visto como vindo de fora, que em nada representa ou é representado (MORAES, 1983).

Assim, nascem os dogmas discriminatórios em que habitantes de aglomerados subnormais em nada podem sobrepor àqueles que já haviam se estabelecido e vinculado certos padrões de conduta. Ou seja, permanecem do “lado de fora”, alheios e expostos, minimizados e sem voz. Esses indivíduos são sujeitos às sobras, toda espécie de preconceitos e relações de menos valia. Não raro, é possível vislumbrar residentes desses aglomerados ocupando cargos inferiores ou exercem os chamados subempregos. Como se o auge de sua capacidade resultasse nisso (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Os debates prosseguem, bem como os desafios permanecem inúmeros, pois os significados da pobreza e marginalização tomam novos rumos na era da informação e facilitação do crédito. Mas a segregação e seus mecanismos trilham caminhos quase que intactos, encabeçados pela fragilização e quebra dos laços sociais. Laços, estes, capazes de proporcionar um sentimento de pertença, assim como aplacar as incertezas quanto a real identidade, estereotipação, estigmas e rótulos que sustentam os pilares da exclusão (LEAL, 2011).

Pensando nisso, o presente estudo teve por objetivo verificar a estigmatização social, reconhecido por moradores de aglomerados subnormais, pelo simples fato de habitar ali. Considerou também a relação entre impactos psicossociais e mecanismos de exclusão, além de compreender a auto-imagem dos residentes dos aglomerados e aferir a percepção dos residentes quanto a infraestrutura e criticidade dos aglomerados. Levando em consideração que estes, bem como os mecanismos de exclusão, se tornam mais comuns a cada dia. Assim, a Psicologia, ao considerar os pressupostos teóricos das Ciências Sociais, visa compreender e correlacionar os impactos a partir do olhar, percepção e vivência dos residentes desse tipo de comunidade.

Compreender como as questões urbanísticas dos aglomerados subnormais, bem como arquitetônicas, estão interligadas ao desenvolvimento pessoal, pode promover informações que

levem a reflexão sobre o tema, e conseqüentemente, desejo de modificação da atual situação. De modo similar, entender como o estigma da marginalização, estereotipada por moradores de outros setores é introjetado pelo sujeito residente no aglomerado (assim como aquele que lá não habita) cria uma situação de preconceito e discriminação. Tal leva, principalmente, o residente do aglomerado a viver uma série de restrições (externas e internas). Acredita-se que a reflexão, sobre tais preconceitos, pode auxiliar na desmistificação desses e conseqüentemente, na mudança de hábitos, de modo a promover uma sociedade mais igualitária. Tal tentativa de redução da exclusão, e conseqüentemente, do sofrimento psíquico por ela promovido, portanto, deve ser estudado pela psicologia, já que esta volta o olhar para o sujeito de maneira integral e não somente pelo viés político, sanitarista ou fisiológico.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para obtenção e mapeamento do panorama real que engloba o aglomerado em questão, se faz necessário o estudo e pesquisa de campo. Isso porque, para que futuras ações políticas sejam efetuadas, é de vital importância um levantamento preciso e análise de dados concretos do caso em questão.

O último estudo realizado na cidade de Montes Claros – MG, que contempla os aglomerados subnormais, data de 2010. Neste, são catalogados vinte e um bairros, que segundo especificações do IBGE anteriormente citadas, se enquadram no perfil dos aglomerados. Ao todo, estes contemplam cerca de 5.474 residências, chegando a aproximadamente 21.896 moradores (MARTINS; LEITE, 2015). Dentre esses está a Vila Castelo Branco, local escolhido para a realização da pesquisa por meras conveniências quanto a localização e acessibilidade.

Vila Castelo Branco é um bairro localizado na área norte da cidade com ocupação do final da década de 1980, sendo grande parte da população proveniente da zona rural ou cidades vizinhas. Esse aglomerado possui infraestrutura precária com ruas sem pavimentação e sem esgoto canalizado. Por se tratar de pessoas que vieram ou descendem da zona rural, é comum encontrar nessa área criação de animais como porcos, cavalos, bodes e galinhas, tanto presos como soltos pelas ruas (LEITE; BRITO; LEITE, 2009).

A abordagem nas residências se deu pelos pesquisadores responsáveis pelo projeto. A seleção das residências visitadas aconteceu a partir de sorteio dos dados disponibilizados pelo cadastrado da instituição parceira, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que disponibilizou o registro das residências/famílias cadastradas como residentes da comunidade investigada.

No contato inicial com os habitantes, foram esclarecidas questões quanto aos objetivos da pesquisa e cuidados éticos adotados. Em sequência, foi entregue o questionário e caneta ao participante, explicando o procedimento para responder ao mesmo, assim como foram esclarecidas eventuais dúvidas. Iniciado o procedimento, o participante de forma alguma foi orientado pelo pesquisador em suas respostas, evitando assim qualquer tipo de contaminação à coleta dos dados. Os questionários respondidos foram tabulados em planilha para posterior análise.

O grupo de participantes foi definido a partir de cálculo amostral probabilístico, considerando uma reposição, a partir da não voluntariedade do possível respondente em participar da pesquisa. O grupo amostral proposto foi de 164 respondentes.

Para a coleta de dados, foi desenvolvido o Questionário de Impacto Social em Residentes de Aglomerados Subnormais – QISRAS, que é um questionário estruturado, elaborado pelos próprios pesquisadores a partir de variação do questionário utilizado por (FINELLI; SILVA; ALMEIDA, 2016). Esse é composto por 34 questões que são organizadas a partir de 47 itens de análise. A maior parte das questões são fechadas e contemplam categorias de possíveis respostas, não obstante, optou-se para diversos itens, em se inserir a categoria outros. Essa contemplava complementação aberta da resposta do sujeito que não foi prevista quando da elaboração do instrumento. Esse, teve por intuito e abrangência, relacionar aspectos ambientais e psicossociais. O mesmo subdivide-se em três partes: perfil socioeconômico; local de moradia e analisando o impacto social em residir em aglomerados.

Ao final da coleta, os dados foram tabulados e analisados tendo os resultados abaixo sumarizados. Casos em que foi reconhecido sofrimento psíquico exacerbado, foram encaminhados para tratamento e acompanhamento psicológico em clínica escola de uma IES do Norte de Minas, serviço este, prestado de forma gratuita.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apesar da proposta amostral considerar 264 respondentes, considerando o método proposto de realizar reposição até uma vez por respondente, e em função de limitação temporal para a conclusão da pesquisa, alcançou-se efetivamente, um total de 103 respondentes.

Os resultados encontrados através da aplicação dos questionários estão apresentados nas tabelas e discussões realizadas abaixo.

Características do perfil do grupo são apresentadas na Tabela 1. A amostra incluiu 103 moradores do bairro Vila Castelo Branco com idades entre 16 e 85 anos ( $\mu = 39,64$  anos;  $\sigma = 16,74$  anos). Dentre os moradores entrevistados 49 (47,5%) não responderam qual sua profissão (já um indicativo da auto exclusão, pois os respondentes, podem ter sentido vergonha de reconhecer sua

identidade laboral, ou por estarem disponíveis para o mercado de trabalho) dos demais, há 9 (16,6%) pedreiros (ou serventes de pedreiros), e 5 (9,2%) vendedores. Os 40 (38,8%) demais indicaram ocupações distintas, de modo geral, as frequências de atuação são diversificadas.

Através do questionário foi possível entrevistar pessoas de ambos os sexos, sendo 53 (51,4%) do sexo masculino e 50 (48,5%) do sexo feminino dos quais 37 (35,9%) são católicos, 40 (38,8%) evangélicos, e 26 (25,2%) não responderam, por motivos não esclarecidos, sejam por não possuírem religião, ou por vergonha de dizer que pertencem a uma religião não comum a sociedade.

Muitos dos entrevistados 86 (83,4%) possuem filhos, dentre esses muitos jovens com mais de um filho, demonstrando assim pouca ou nenhuma prevenção à gravidez, seja por falta de conhecimento ou por escolha de cada um. Quando indagados, aqueles que tiveram o primeiro filho e ainda eram adolescentes, hoje possuem e sustentam mais de um filho (a) com o pouco que recebem, seja por trabalho ou benefícios do governo, chegando em muitos casos a menos de um salário mínimo.

**Tabela 1:** categorização e frequência dos respondentes.

<b>Variável</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sexo	Feminino	50 48,5
	Masculino	53 51,4
Religião	Católica	37 35,9
	Evangélica	40 38,8
	Não responderam	26 25,2
Etnia	Pardo	74 71,8
	Branco	8 7,7
	Preto	19 18,4
	Amarelo	1 0,9
	Indígena	2 1,9
Estado Civil	Solteiro(a)/Namora	40 38,8
	Casado(a)/Vive com companheiro(a)	50 48,5
	Viúvo(a)	6 5,8
	Divorciado(a)/Separado(a)	7 6,7
Profissão	Sim	54 52,4
	Não	46 44,6
Trabalhando	Sim	40 38,8
	Não	62 60,1
Renda	Não possui	11 10,6
	Menos de um S/M	33 32,0
	Um S/M	37 35,9
	Entre um e dois S/M	18 17,4
	De dois a três S/M	2 1,9
	Mais de três S/M	1 0,9
	Outros(s)	0 0,0
Filhos	Sim	86 83,4
	Não	17 16,5

**Fonte:** dados da pesquisa (2016).

Um dado característico do bairro é a falta de saneamento canalizado, onde todas as casas possuem uma fossa e caracteriza-se pelo mal cheiro e em alguns casos, pela água suja que

escorre pelas ruas podendo trazer doenças às crianças que brincam descalças nestas e pelos quintais.

Grande parte dos moradores são donos dos imóveis, cerca 83 (80,5%), e não querem sair do bairro por condições financeiras, uma vez que não possuem renda suficiente para comprarem casas ou pagarem aluguéis em outros bairros com melhores estruturas, mas apenas uma pequena porcentagem, cerca de 24 (23,3%) diz possuir documentos que comprovam que são os donos de tais imóveis, documentos estes apenas de compra e venda (contrato na qual uma das partes transfere os direitos de um bem mediante pagamento de um preço).

Quanto às características das residências, 67 (65,0%) das residências possuem banheiro interno, enquanto 34 (33,0%) externo e 2 (1,9%) não possuem banheiro.

Mesmo se tratando de uma área de risco, muitos moradores desconhecem tal risco, com 41 (39,8%) dizendo que não estão em área de risco ou às vezes até admitem que correm risco mas alegam não terem para onde ir. As condições de ocupações das residências estão descritas na tabela 2 abaixo.

**Tabela 2.** Condição de ocupação do domicílio

Questões		n	%
<b>Condição de ocupação domiciliar</b>	Próprio	83	80,5
	Cedido	10	9,7
	Doação	0	0,0
	Desapropriação	0	0,0
	Alugado	7	6,7
	Invadido	1	0,9
	Outro	2	1,9
<b>Tipo de residência</b>	Casa	64	62,1
	Apartamento	0	0,0
	Cômodos	2	1,9
	Barracão	37	35,9
	Outro	0	0,0
<b>Banheiro</b>	Interno	67	65,0
	Externo	34	33,0
	Não tem	2	1,9
	Céu aberto	0	0,0
<b>Risco</b>	Inundação	3	2,9
	Deslizamento	1	0,9
	Proximidade de linha de transmissão	53	51,4
	Solapamento	1	0,9
	Nenhum	41	39,8
	Outro	2	1,9
	Não respondeu	2	1,9
<b>Sua família tem registro de posse do terreno</b>	Sim	24	23,3
	Não	78	75,7
	Não respondeu	1	0,9

**Fonte:** dados da pesquisa (2016).

Na tabela 3 é possível ver que mesmo morando em bairro de periferia, muitos moradores são felizes e isso fica claro quando se pergunta se gostam do local onde moram, o que resultou em 84 (81,5%) de sim enquanto apenas 19 (18,4%) responderam não gostarem do local



onde moram.

Em sua maioria se interagem com a vizinhança 93 (90,2%) contra 10 (9,7%) que tem pouco ou nenhum contato com seus vizinhos sendo estes em grande parte jovens.

**Tabela 3.** Local de moradia

Questões	Sim		Não	
	f	%	f	%
Você gosta do local onde mora?	84	81,5	19	18,4
Você se interage com a vizinhança?	93	90,2	10	9,7
Você frequenta associação dos moradores?	27	26,2	76	73,7
O local onde mora existe lazer para as crianças e adolescentes?	22	21,3	81	78,6
Participa de alguma atividade comunitária nessa comunidade?	23	22,3	80	77,6

**Fonte:** dados da pesquisa (2016).

Uma parte significativa dos moradores reclamam das condições do bairro, mas pouco faz para mudar essa situação, uma vez que muitos reconhecem que o bairro possui uma associação de moradores, mas poucos frequentam as reuniões 26 (26,2%), demonstrando pouco interesse em buscar soluções para uma futura melhora de condições.

Mesmo sendo uma comunidade pequena, 81 (78,6%) desconhecem que a comunidade possui um local de lazer para crianças e adolescentes, e uma pequena parcela desses moradores disseram que a comunidade possui um pequeno campo de futebol e uma igreja onde são oferecidas algumas atividades recreativas à essas crianças e adolescentes, e isso acontece graças a voluntários que disponibilizam um pequeno tempo de suas vidas à comunidade.

Na tabela 4 pode-se verificar impactos sociais sofridos por esses moradores.

**Tabela 4.** Impacto social

Questões	Sim		Não		Não respondeu	
	f	%	f	%	f	%
Você se sente marginalizado pela sociedade por residir na Vila Castelo Branco?	34	33,0	69	66,9	0	0,0
Ser morador da Vila Castelo Branco tem prejudicado você?	33	32,0	70	67,9	0	0,0
Você se sente inferior às outras pessoas que não moram na Vila Castelo Branco?	07	6,7	96	93,2	0	0,0
Sua residência costuma receber ou já recebeu visita (s) de agente de saúde ou agente censitário?	97	94,1	05	4,8	1	0,9
Correspondência (s) e/ou outros tipos de entregas formais acontecem em sua residência?	94	91,2	08	7,7	1	0,9

**Fonte:** dados da pesquisa (2016).

Ser morador de aglomerados traz um estigma de marginalização e preconceito, uma vez que o restante da população tende a generalizar esses moradores como marginais e isso pôde ser comprovado em campo.

Quando questionados se sentem marginalizados por serem moradores da Vila Castelo

Branco apenas 34 (33,0%) disseram que sim, mas o restante 69 (66,9%) que disseram não se sentirem marginalizados, relatam que ao buscarem emprego, preferem não dizer que moram em tal aglomerado, alegando que os empregadores não os contratam por julgarem que o bairro só possui marginais e ladrões, o que acaba deixando-os tristes e envergonhados, demonstrando o quanto que o preconceito fere a dignidade das pessoas.

Apesar de se tratar de área invadida, alguns serviços estão disponíveis para o bairro como, por exemplo, transporte público e correios, sendo que de todos os entrevistados apenas 1 (0,9%) disse não receber correspondência e visita de agentes de saúde por motivo de falta de numeração em sua residência, tendo que passar endereços de terceiros para entregas formais.

## CONCLUSÃO

Dentro dos aglomerados não é rara a ausência ou precariedade de serviços tais como asfalto, iluminação pública, saneamento básico, água potável, transporte coletivo, postos de saúde, policiamento e até mesmo o Código de Endereçamento Postal – CEP, em que empresas de postagens utilizam de tal código para localizar uma residência para fazer entregas e, isso significa que independente de seus esforços, o morador de alguns pontos do aglomerado, não possui sequer referência para entrega de suas correspondências, compras e outros, o que o obriga a utilizar endereço de terceiros se quiser receber algo, por exemplo, pelos correios.

Apesar de se tratar de uma área de risco, por estar embaixo de uma grande linha de transmissão, a Vila Castelo Branco faz parte da cidade e se encontra em condições precárias em saneamento, falta de escola para atender suas crianças que precisam buscarem em outros bairros por uma educação que é de extrema importância, além de postos de saúde, creches e pavimentação das ruas, algo simples que faz muita diferença na vida dos moradores que ali residem

Após análise dos dados não se pode dizer que tais moradores sofrem alguma estigmatização social por habitarem em um aglomerado e que mesmo morando em uma favela muitos são felizes, possuem sonhos e não demonstram sofrimento exacerbado pelo fato de ali morarem ou pelo menos não querem demonstrar isso, mas fica aqui a crítica dos pesquisadores que ali estiveram e ouviram esses mesmos moradores dizerem o quanto sentem falta de serviços básicos como posto de saúde, escola, dentre outros, o que leva a um questionamento do porquê a sociedade prefere esconder que esses bairros existem e precisam de ajuda.

## REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP, 1995. Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/12.
- CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.
- ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FINELLI, L. A. C.; SILVA, D. F.; ALMEIDA, T. L. O estigma social entre jovens moradores da Vila Castelo Branco. In: V Congresso em Desenvolvimento Social: Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 29 de junho a 01 de julho de 2016, Montes Claros, UNIMONTES. **Anais do...** Montes Claros, UNIMONTES, 2016. p. 5-17. Disponível em: <[http://congressods.com.br/anais/gt\\_05/O%20ESTIGMA%20SOCIAL%20ENTRE%20OS%20JOVENS%20MORADORES%20DA%20VILA%20CASTELO.pdf](http://congressods.com.br/anais/gt_05/O%20ESTIGMA%20SOCIAL%20ENTRE%20OS%20JOVENS%20MORADORES%20DA%20VILA%20CASTELO.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Aglomerados Subnormais Informações Territoriais**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2015.
- IGLECIAS, W. Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, out. 2002.
- LEAL, G. F. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo**. Florianópolis (SC): Editora UFSC, 2011.
- LEITE; M. E.; BRITO, J. L. S.; LEITE, M. R. Sig Aplicado ao estudo comparativo de favelas: um estudo de caso de cidade média. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 20-34, jul. 2009.
- MARTINS, A. F; LEITE, M. E. Análise do crescimento das favelas da cidade de Montes Claros – MG por imagens de alta resolução espacial. In: **Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE.
- MORAES, F. (Org.). **Simmel – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 34. p. 182-188.
- SANTOS, C. H. M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA. Texto para Discussão n. 654. Brasília, Julho de 1999.
- SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SPOSATTI, A. **Mapa da Exclusão/Inclusão na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Anpocs, v. 15, n. 44, out. 2000.

Questionário de Impacto Social em Residentes de Aglomerados Subnormais.**Orientador:** Prof<sup>o</sup>. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli**Pesquisadores:** José Marcos Pereira dos Santos; Ícaro Helton Sousa Pereira

BLOCO A – PERFIL SOCIOECONÔMICO		
Nome:	Data: ___/___/_____	
Endereço:	N <sup>o</sup>	
1 - Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino	Idade	Anos
2 - Qual a sua religião?		
3 - Estado Civil: 1. ( ) Solteiro(a) / namora 2. ( ) Casado(a) / vive com companheiro(a) 3. ( ) Viúvo(a) 4. ( ) Divorciado(a) / separado(a)		
4 - Profissão: 1. ( ) Sim 2. ( ) Não		
4b - Qual?		
5 - Atualmente, você está trabalhando? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não		
5b - Em sua área de formação/profissão? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não		
6 - Renda pessoal: 1. ( ) Não possui 2. ( ) Menos de um S/M 3. ( ) Um S/M 4. ( ) Entre 1 e 2 S/M 5. ( ) De 2 a 3 S/M 6. ( ) Mais de 3 S/M 7. ( ) Outras (qual?):		
7 - Possui filhos? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não		
7b - Se sim, quantos?		
8 - Cor/raça: 1. ( ) Pardo 2. ( ) Branco 3. ( ) Preto 4. ( ) Amarelo 5. ( ) Indígena		
9 - Condição de ocupação domicílio: 1. ( ) Próprio 2. ( ) Cedido 3. ( ) Doação 4. ( ) Desapropriação 5. ( ) Alugado 6. ( ) Invadido 7. ( ) Outro (qual?):		
10 - Tipo de residência: 1. ( ) Casa 2. ( ) Apartamento 3. ( ) Cômodos 4. ( ) Barracão 5. ( ) Outro (qual?):		
11 - Quantos cômodos tem a casa:		
12 - Banheiro: 1. ( ) Interno 2. ( ) Externo 3. ( ) Não tem 4. ( ) Céu aberto		
13 - Quantos banheiros internos a residência possui:		
14 - Quantos cômodos sem janela:		
15 - Risco: 1. ( ) Inundação 2. ( ) Deslizamento 3. ( ) Proximidade de linha de transmissão 4. ( ) Solapamento 5. ( ) Nenhum 6. ( ) Outro (qual?):		
16 - Tempo de moradia no imóvel: 1. ( ) Menos de 1 ano 2. ( ) De 1 a 3 anos 3. ( ) De 3 a 10 anos 4. ( ) De 10 à 20 anos 5. ( ) Mais de 20 anos		
17 - Uso do lote: 1. ( ) Residencial 2. ( ) Comercial 3. ( ) Misto		
18 - Sua família tem registro de posse do terreno? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não		

BLOCO B – LOCAL DE MORADIA	
19 - Você gosta do local onde mora? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	
20 - Você se interage com a vizinhança? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	
21 - Você frequenta associação dos moradores? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	
22 - O local onde mora existe lazer para as crianças e adolescentes? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	
22b - Se sim, qual(ais)?	
23 - Participa de alguma atividade comunitária (Ex. Comunidade Religiosa, Grupo de Esportes, ou outro grupo) nessa comunidade? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	
23b - Se sim, qual(ais)?	
24 - Participa de alguma atividade comunitária (Ex. Comunidade Religiosa, Grupo de Esportes, ou outro grupo) em outra comunidade? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não	
24b - Se sim, qual(ais)?	

BLOCO C – ANALISANDO O IMPACTO SOCIAL EM RESIDIR EM AGLOMERADOS	
25 - Você se sente marginalizado, pela sociedade, por residir na Vila Castelo Branco?	1. ( ) Sim 2. ( ) Não
26 - Ser um morador da Vila Castelo Branco tem prejudicado você?	1. ( ) Sim 2. ( ) Não
26b - Como?	
27 - Você se sente inferior às outras pessoas que não moram na Vila Castelo Branco?	1. ( ) Sim 2. ( ) Não
27b - Por que?	
28 - A rua em que você reside é asfaltada/pavimentada?	1. ( ) Sim 2. ( ) Não
29 - Sua residência costuma receber, ou já recebeu, visita(s) de agente de saúde, ou agente censitário?	1. ( ) Sim 2. ( ) Não
30 - Correspondência(s) e/ou outros tipos de entregas formais acontecem em sua residência?	1. ( ) Sim 2. ( ) Não
30b - Por que?	
31 - Entregas informais (Ex. tele lanche, gás, mercado) acontecem em sua residência?	1. ( ) Sim 2. ( ) Não
31b - Por que?	
32 - Você reconhece facilidade de acesso em:	
	1. ( ) Transporte público
	2. ( ) Saúde / ESF
	3. ( ) Farmácia(s)
	4. ( ) Escola pública
	5. ( ) Padaria
	6. ( ) Sacolão / Mercado
	7. ( ) Açougue
	8. ( ) Bar(es) / Boteco(s)
33 - Você reconhece que há posto(s) de trabalho próximo(s) a sua residência?	1. ( ) Sim 2. ( ) Não
33b - Se sim, qual(ais)?	
34 - Como é seu deslocamento para o seu trabalho, ou era para seu último emprego?	
34b - Quanto tempo, em média, você gasta diariamente com tal deslocamento, ou gastava no passado?	